

# O PETROLEIRO

JORNAL DO SINDICATO DOS PETROLEIROS DE MINAS GERAIS

EDIÇÃO XXXVII - 5 DE OUTUBRO DE 2018



Veja nesta edição:

- 2 Editorial: Com tanta coisa em jogo, temos que ter lado!
- 4 e 5 Como votaram os deputados mineiros em projetos de interesse dos trabalhadores
- 8 Mulheres saem às ruas em atos contra o machismo, racismo e o fascismo



## EDITORIAL

### Com tanta coisa em jogo, nós temos que ter lado!

A nossa vida não começa nem termina nas eleições. Não foram e nem serão as eleições, por si só, que definirão nossos destinos, mas sim a luta que sempre fizemos para garantir as conquistas do nosso povo. As eleições de 2018, entretanto, têm demonstrado que muito mais que um simples voto pode estar em jogo.

Não estamos falando, somente, de uma competição para definir quem serão os vencedores entre os candidatos A, B ou C. Trata-se, acima de tudo, de uma disputa entre projetos para definir quem serão os perdedores nos próximos quatro anos. Nessa aposta, para além de nossos empregos, direitos e soberania, a nossa tão machucada democracia também está em jogo.

Após quatro derrotas seguidas em eleições, nossas elites parecem ter desistido de tentar o jogo democrático e resolveram apelar para golpes baixos. Mesmo após ter feito de tudo para derrubar um governo legítimo, criminalizar um partido e prender a maior liderança popular da nossa história, o projeto anti-povo tem dificuldades de se firmar nas eleições por meio de seus "50 Tons de Temer". O ódio disseminado ao PT e a tudo o que ele representa, no entanto, promoveu a ascensão do que há de mais repugnante e antidemocrático na nossa política.

Independente do resultado das eleições, não há previsão de paz para a classe trabalhadora. Entretanto, nessas eleições, temos que tomar lado e lutar para tentar frear o crescimento desse projeto autoritário, privatista e destruidor de direitos. Afinal, o que eles chamam de polarização nós conhecemos há muito tempo por outro nome: luta de classes.



## INFORMES

### Categoria petroleira faz atraso em defesa do pré-sal

A categoria mineira realizou um atraso na última sexta-feira (28) na portaria da Regap contra a venda mais 16,5 bilhões de barris de petróleo do pré-sal, em um novo leilão realizado na mesma data pela Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Além de Minas, foram realizados atos contra a desnacionalização da maior descoberta de petróleo da atualidade em todo o País. A FUP também ajuizou no dia 25 de setembro uma Ação Civil Pública denunciando os prejuízos que a 5ª Rodada para o Brasil e cobrando a suspensão do leilão.

No saldo, mais de 90% dos 17,39 bilhões de barris de petróleo que foram arrematados. Fazendo a equivalência entre os R\$ 6,82 bilhões que o governo arrecadou em bônus de assinatura e o valor atual do barril de petróleo, chegaremos a bagatela de R\$ 0,34 o preço médio pago por cada barril do pré-sal leiloados.

Esse foi o quarto leilão de campos do pré-sal que o governo Temer realizou em dois anos de golpe. Nesse período, as petrolíferas estrangeiras abocanharam a maior parte das reservas que foram licitadas. Ao todo, 13 multinacionais já se apropriaram de reservas equivalentes a 38,8 bilhões de barris de petróleo, de um total de 51,83 bilhões de barris que foram leiloados. Juntas, essas empresas concentram 75% das reservas, onde são operadoras em seis dos 14 blocos.

### Petros suspende cobranças do PP-1 em MG

Na semana passada, a Petros finalmente suspendeu os descontos referentes ao equacionamento do déficit do Plano Petros do Sistema Petrobrás (PPSP) ou Plano Petros 1 (PP-1) a toda a categoria, inclusive os petroleiros não sindicalizados.

A medida atende a uma liminar obtida pelo **Sindipetro/MG** no dia 2 de agosto, que prevê ainda a devolução das contribuições extraordinárias cobradas a partir de maio de 2018 – data a partir da qual os descontos relativos ao déficit do PP-1 em Minas foram suspensos graças a outra liminar obtida pelo Sindicato.

#### EQUACIONAMENTO DO PP-1

Em setembro de 2017, o Conselho Deliberativo da Petros aprovou o equacionamento do déficit do Plano Petros 1 pelo valor máximo – R\$ 22,6 bilhões e corrigido até dezembro de 2017 chega a R\$ 27,7 bilhões.

Diante da aprovação das cobranças extras, a FUP e seus sindicatos filiados ingressaram com Ações Cíveis Públicas para barrar cobrança do déficit do Plano Petros 1. A Federação entende que a cobrança pelo teto é abusiva e penaliza participantes e assistidos do plano.

A ação do Sindipetro/MG já obteve liminar favorável e as cobranças dos sindicalizados foram suspensas em maio. A decisão determina, além da suspensão das contribuições pelo máximo, a realização do equacionamento pelo mínimo.

## CALENDÁRIO 2018

### OUTUBRO

**07:** Eleições 2018;

Diretoria Colegiada: Alas Castro, Alexandre Finamori, Aluizio Castro, Anselmo Braga, Carlos Roberto, Cristiane Reis, Cristiano Almeida, Edson Ferreira, Eduardo de Sousa, Felipe Pinheiro, Joaquim Monteiro, Julionor Quintela, Leopoldino Martins, Letícia Staela, Márcia Nazaré, Edna Vieira, Orlando Carlos, Osvalmir de Almeida, Paulo Valamiel, Ronaldo Marques, Salvador Cantão, Thiago Marinho, Vinícius Costa e Wender Destro.

Redação, revisão e diagramação: Nathália Barreto - 3426/ES e Thaís Mota - 15616/MG

Av. Barbacena, 242 - Bairro Barro Preto - Belo Horizonte/MG - CEP: 30.190-130 - Tel.: (31) 2515-5555 - Fax (31) 2535-3535.

www.sindipetromg.org.br - sindipetromg@sindipetromg.org.br

# JUSTIÇA CONDENA PETROBRÁS POR ASSÉDIO CONTRA TRABALHADORA DA REGAP

A Justiça do Trabalho reconheceu a prática de assédio moral por parte da Petrobrás contra uma trabalhadora da Refinaria Gabriel Passos (Regap) e condenou a empresa a indenizar a vítima. A sentença foi publicada em 1ª instância na semana passada.

Segundo a vítima, o caso teve início em 2012, quando mais de metade dos funcionários do setor protocolou uma denúncia na Ouvidoria da Petrobrás sobre casos de assédio moral envolvendo um supervisor da mesma área. Os abusos foram, inclusive, noticiados pelo **Sindipetro/MG**.

Ainda conforme a trabalhadora, esse fato desencadeou perseguições a alguns autores da denúncia, visto que o supervisor passou a utilizar de sua autoridade para agravar a prática de assédio: ameaçando, chantageando e prejudicando os funcionários em progressões de níveis automáticas.

Nesse mesmo período, surgiram boatos de que a trabalhadora e seu noivo – também funcionário da Regap e seu colega de grupo – “estariam namorando no setor”. A empresa então, transferiu a vítima de grupo de turno, legitimando assim o boato.

Inconformada, a petroleira se reuniu inúmeras vezes com a chefia, na tentativa de reverter a punição, mas não obteve sucesso. Em uma dessas ocasiões, chegou a ouvir do seu superior que “você tem que aceitar esses boatos... bonita... entendeu? Bonita... chama a atenção, entendeu?...”.

Decidiu então entrar com uma ação de assédio moral contra a empresa e, após quatro anos, a sentença foi finalmente proferida, dando ganho de causa à trabalhadora. O juiz Daniel Gomide, da 3ª Vara do Trabalho de Betim, entendeu que a mudança de grupo apenas reforçou os boatos sobre a trabalhadora ao invés de combatê-los e determinou “a nulidade de qualquer transferência da autora para outro grupo/setor de sua atual lotação (G2), exceto em caso de necessi-

dade técnica, devidamente comprovada e/ou requerimento / concordância expressa da autora”.

“Nesse ponto, considero que a alteração dos grupos de trabalho após a efetivação desse boato, foi na contramão do recomendável, pois se surge uma suspeita (infundada), a reclamada deveria manter os envolvidos nas mesmas condições, exatamente para demonstrar a inexistência de motivo ou razão, de forma a não alimentar a desconfiança alheia - onde há fumaça há fogo, o que em ambiente de trabalho, não corresponde à realidade, como dito anteriormente”, emendou.

Na avaliação do Sindipetro/MG, essa decisão é muito importante pois mostra que os trabalhadores vítimas de assédio devem buscar seus direitos e denunciar casos de perseguição e retaliação. O Sindicato está a disposição para acolher quaisquer denúncias nesse âmbito. “O assédio não é aceitável e é direito de o trabalhador ter um ambiente de trabalho saudável”, afirma o diretor Alexandre Finamori.

## DIREITOS DAS PETROLEIRAS

Nas últimas décadas, houve um crescimento significativo da participação das mulheres no mercado de trabalho. Porém, esse crescimento não veio acompanhado de reconhecimento, já que a remuneração das mulheres ainda é 30% menor que a dos homens. O que se percebe é que essa realidade não está separada de um contexto de precarização do trabalho. Não é novidade que, após o golpe, vimos a escalada de violações dos direitos dos trabalhadores, a começar pela Reforma Trabalhista (Lei 13.467/17) que, dentre outros tantos abusos, passou a permitir o trabalho de grávidas e lactantes em condições insalubres.

No caso do Sistema Petrobrás, a participação da mulher tem sido crescente e significativa, porém as diferenças entre homens e mulheres estão fortemente arraigadas na empresa. No I Encontro de Mulheres Pe-

troleiras de Minas Gerais, realizado em março de 2018 no Sindipetro/MG, foram relatados muitos casos de assédio e de preconceito contra as trabalhadoras. Esse tema também objeto de discussão no 6º Encontro Nacional de Mulheres Petroleiras, realizado em abril de 2018, em Natal (RN), e na VII Plenária Nacional da FUP, que ocorreu em agosto, no Rio de Janeiro.

Nesse contexto, o departamento jurídico do Sindipetro/MG, por meio da coordenadora Denise Ferreira Marcondes e das advogadas Ana Luíza Fernandes e Priscilla Brandão, percebeu a necessidade de criar um espaço de diálogo, onde as petroleiras se sintam à vontade para expor suas demandas - dentro e fora do ambiente de trabalho. A proposta não é segregar ainda mais as mulheres, mas oferecer um atendimento jurídico amplo, voltado para especificidades das demandas femininas.

“Nossa ideia é que as mulheres se sintam mais à vontade para tratar de questões que enfrentam no seu dia-a-dia de trabalho e também fora dele. Hoje, mais do que nunca, o mundo

demanda o olhar para o outro. Assim, entidades como os sindicatos precisam abrir suas portas e seus olhos para as pautas femininas. Se quisermos representar a categoria de forma igualitária, será preciso ouvir e incluir” - afirmou a advogada Ana Luíza Fernandes.

Na Petrobrás, muitos direitos já foram conquistados, em especial por meio do trabalho desenvolvido pelo Coletivo de Mulheres Petroleiras da FUP. Contudo, é preciso estar em constante vigilância, de maneira a evitar situações graves, como o assédio moral sofrido pela petroleira.

De acordo com a advogada Denise Ferreira Marcondes, “como a Petrobrás possui o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça, é importante exigir o cumprimento de todas as ações e medidas previstas no Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça. O primeiro passo é a criação desse espaço de defesa da mulher petroleira dentro do Sindipetro/MG”.

O atendimento especial às mulheres acontece todas às quartas-feiras de 10h às 18h, no Sindipetro/MG.





VOTE  
 Eleições 2018

# OS MITOS DAS ELEIÇÕES

**N**a tentativa de confundir os eleitoras e até interferir no resultado das eleições de 2018, diversos boatos em relação às propostas em debate, e até mesmo sobre a segurança do sistema eleitoral brasileiro, têm sido disseminado no Brasil, especialmente por meio das redes sociais na internet. Por isso, o **Sindipetro/MG** levantou informações sobre alguns desses boatos para desmistificá-los e esclarecer a categoria petroleira e a sociedade sobre o que é ou não fato. Veja ao lado:

## Mito 1: "Para salvar a Previdência devemos adotar um modelo de capitalização"

O Chile foi o primeiro País do mundo a privatizar seu sistema de previdência ainda na década de 1980 - durante a ditadura de Pinochet. A partir daí, foi criado um sistema de capitalização da previdência em que os trabalhadores passaram a contribuir com 10% de seus salários para as Administradoras de Fundos de Pensão (AFP) por pelo menos 20 anos.

Esse sistema de capitalização é o

mesmo defendido por alguns candidatos à Presidência, como Jair Bolsonaro (PSL), Ciro Gomes (PDT), Marina Silva (Rede) e Álvaro Dias (Pode).

No entanto, esse modelo apresentou diversos problemas no Chile. Isso porque as AFP's não cumpriam a promessa de devolução de 70% do último salário na aposentadoria. Além disso, a taxa cobrada pelas empresas para gerir os fundos seria tão alta que aca-

baria corroendo os rendimentos da "poupança" dos trabalhadores. Ambos os fatores fizeram com que 90,9% dos aposentados recebam quase metade do salário mínimo do País.

Outro fator não menos importante, e que se transportado para o Brasil teria consequências imensuráveis, é que o sistema exclui completamente os trabalhadores informais, ou seja, que não tem carteira assinada.

## Mito 2: "Abrir o mercado de refino vai reduzir preço dos combustíveis"

Outro mito pulverizado durante a campanha é de que existe monopólio da Petrobrás no mercado brasileiro e de que abrir esse mercado, especialmente o de refino, levaria ao crescimento da indústria e redução dos preços dos combustíveis no País. No entanto, não há monopólio no refino desde 1997, após uma lei aprovada durante o governo FHC.

Prova disso é que a política de preços adotada pela Petrobrás em 2016, que atrela o preço dos combustíveis

no Brasil ao dólar e tem variação diária, levou ao aumento das importações de derivados de petróleo, como a gasolina e o diesel.

E quem ganhou com isso foram as refinarias americanas e europeias, as multinacionais estrangeiras de comercialização e as distribuidoras privadas concorrentes da estatal.

Tais movimentos reforçam que não existe monopólio no refino do Brasil, uma vez que há perda de mercado quando a Petrobrás pratica pre-

ços acima do competitivo.

O conceito de monopólio baseia-se na existência de poder de mercado, que possibilita praticar preços de monopólio (acima do competitivo) e manutenção do "market share".

Em declaração ao portal de notícias Brasil 247, Felipe Coutinho, presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), argumenta que "a imposição da competição desintegra o refino da Petrobrás e eleva o custo de produção e ao consumidor".

"A atual política de preços foi defendida por viabilizar a competição, com a entrada de importadores e a atratividade para a privatização das refinarias da Petrobrás. Então o consumidor paga mais caro para que haja competição. Se há lógica, ela serve ao interesse privado e antinacional", diz.

Para ele, "viabilizar a entrada de competidores privados, sem privatizar as refinarias da Petrobras e sem aumentar preços ao consumidor, é impossível".

## Mito 3: "As urnas eletrônicas são fraudadas"

Boatos de fraudes nas urnas eletrônicas circulam na internet nesta campanha. O candidato à Presidência Jair Bolsonaro já afirmou algumas vezes que não confia no processo eletrônico. Porém, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), medidas de segurança são adotadas e tem sido aprimoradas ao longo dos anos.

Desde 2009, o Tribunal realiza o chamado Teste Público de Segurança (TPS), aberto a todos os brasileiros maiores de 18 anos, que podem apresentar planos de ataque à urna.

Além disso, hackers são chamados ao TSE "com o objetivo de identificar vulnerabilidades e falhas relaciona-

das à violação da integridade ou do anonimato dos votos de uma eleição, além de apresentar sugestões de melhoria". No Tribunal, os investigadores têm acesso, por meio de ações controladas, aos softwares da urna.

Em 2018, também serão feitas auditorias em tempo real no dia da votação, antes de seu início. O teste será feito nos 26 estados e no Distrito Federal, em 144 seções eleitorais (144 urnas), que serão escolhidas por sorteio na véspera da votação. A ideia é que o processo seja acompanhado por partidos, imprensa e sociedade civil.

Os sistemas das urnas eletrônicas também são abertos à auditoria por

todos os partidos políticos, Ministério Público e OAB antes das eleições.

### EMPRESA VENEZUELANA

Outro boato que circula nas redes sociais é de que a Justiça Eleitoral brasileira teria entregue os códigos de segurança das urnas eletrônicas a uma empresa da Venezuela.

Em nota, o TSE esclareceu que a empresa Smartmatic não é fornecedora das urnas eletrônicas utilizadas no sistema eletrônico brasileiro. As urnas brasileiras foram projetadas por técnicos a serviço da Justiça Eleitoral e são produzidas, sob a sua direta ordenação, por empresas seleciona-

das por meio de processos licitatórios públicos e de ampla concorrência.

Informou, ainda, que o sistema eletrônico utiliza meios próprios e criptografados de comunicação e transmissão de dados, não tendo qualquer contato com a internet.

O contrato entre a Justiça Eleitoral brasileira e a empresa venezuelana Smartmatic, tinha como escopo o recrutamento, a contratação e o treinamento de 14 mil profissionais, que trabalharam exclusivamente no suporte técnico-operacional das eleições de outubro de 2014. Em nenhum momento a empresa atuou na programação das urnas.



**VOTE**  
 **Eleições 2018**

# O QUE ESTÁ EM JOGO NAS ELEIÇÕES 2018?

**H**á diferentes projetos em disputa nas eleições 2018: alguns progressistas, outros liberais na economia, alguns que misturam ideologias para agradar à população. Conhecer e avaliar as propostas de cada candidato é fundamental para a escolha do próximo presidente do Brasil, que terá em suas mãos grandes desafios a serem enfrentados. Desemprego em níveis alarmantes, aumento da pobreza, retirada de direitos da classe trabalhadora, crescimento dos índices de violência, crise econômica... São muitos os problemas do País.

Veja alguns desses direitos e conquistas que estão ameaçados nesse processo eleitoral:

## Democracia

A principal disputa em jogo nestas eleições se mostra entre a democracia e o fascismo: o líder nas pesquisas eleitorais promove discursos de ódio e defende uma nova Constituição - sem a participação do Congresso Nacional, ameaçando nossa jovem democracia. Um candidato que questiona o sistema democrático e defende a ditadura militar é uma ameaça à continuidade da democracia brasileira.

## Emprego

Com o índice de desemprego nas alturas (13 milhões de desempregados e 28 milhões de brasileiros com força de trabalho subutilizada), é urgente a adoção de medidas de criação de emprego no Brasil. Entre as propostas em debate, Haddad irá implementar o Programa Meu Emprego Novo, visando elevar a renda, ampliar o crédito e gerar novas oportunidades de trabalho, com prioridade para os jovens. Bolsonaro aposta na informalidade, com a criação de "trabalhadores de segunda classe".

Alckmin afirma que criará mais de 2 milhões de empregos diretos e indiretos com a retomada de mais de 7 mil obras paradas. Ciro Gomes também promete criar 2 milhões de empregos no primeiro ano de governo, usando recursos do FGTS para estimular contratação de mão-de-obra e incentivar empresas e trabalhadores a realizar contratos de trabalho mais longos, estimulando aumentos na produtividade e diminuindo a insegurança jurídica. Marina Silva aposta na geração de energia "limpa, renovável e segura" para alavancar o desenvolvimento e gerar emprego.

## Privatização

A privatização das empresas públicas brasileiras também é tema de debate entre os candidatos à presidência da República. Ciro Gomes defende a privatização de algumas empresa, mas é contra a venda da Petrobrás e de outras estatais estratégicas para o País, como a Eletrobras. Também defende a suspensão do acordo entre Embraer e Boeing. Fernando Haddad irá suspender a política de privatização de empresas estratégicas e rever os ativos vendidos. Também irá rever o acordo Embraer/ Boeing.

Geraldo Alckmin defende um programa de privatizações das estatais como peça-chave de seu governo, mas exclui a Petrobrás, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica.

Jair Bolsonaro afirma que reduzirá em 20% o volume da dívida por meio de privatizações, concessões e venda de propriedades da União. Segundo o candidato, algumas estatais serão extintas, outras privatizadas e uma minoria preservada.

Marina Silva é contra as privatizações da Petrobrás, do Banco do Brasil e da Caixa. Sobre a Eletrobras, diz que a privatização será analisada no contexto da política energética nacional, que deverá modernizar suas estratégias a fim de incorporar as energias renováveis, mas suas distribuidoras certamente deverão passar para a iniciativa privada.

## Direitos

As eleições 2018 vão definir como os direitos dos trabalhadores e dos cidadãos brasileiros serão tratados nos próximos anos. Projetos aprovados no atual governo, como a PEC do Teto, a reforma trabalhista e a lei da terceirização, por exemplo, podem ser revogados ou mantidos pelo novo governo.

O candidato Fernando Haddad (PT), por exemplo, afirma que irá revogar a reforma trabalhista; já Ciro Gomes (PDT) e Marina Silva (Rede), dizem que irão rever alguns pontos da reforma; Geraldo Alckmin (PSDB) é a favor das mudanças e Jair Bolsonaro (PSL) vai manter as mudanças feitas no governo de Michel Temer. Já em relação à PEC do Teto dos Gastos, Haddad e Ciro

são contra a medida e irão revogá-la. Marina também é contra, porém afirma que fará alterações na PEC; já Alckmin e Bolsonaro irão manter o limite de gastos do Governo.

## Petrobrás

A Petrobrás foi e continua sendo alvo de ataques privatistas e de interesses estrangeiros. Além da venda de ativos promovida pelo governo Temer, a estatal demitiu 15 mil funcionários por meio de PIDV's, promoveu leilões do pré-sal e alterou a política de preços dos combustíveis, resultando em altos preços.

Entre os candidatos à presidência, Haddad afirma que irá suspender a política de privatização de empresas estratégicas e rever os ativos vendidos. Vai recuperar o pré-sal, o sistema de partilha e a capacidade de investimento da Petrobrás

Ciro afirma que irá revogar a Lei da Partilha, recomprando campos de petróleo vendidos pelo atual governo. Porém é a favor da entrada de empresas estrangeiras no mercado do refino.

Alckmin se diz contra a privatização total da Petrobrás e afirma que preços dos combustíveis não devem ser reajustados diariamente.

Marina é contra a privatização da estatal e é contra a política de preços adotada pelo governo de Temer. Já Bolsonaro afirma que a Petrobrás terá que vender "parcela substancial" de sua capacidade de refino, varejo, transporte e outros setores, como o de gás natural. O candidato também é contra a política de preços adotada pela Petrobrás.

## Previdência

O governo Temer tentou aprovar a todo custo uma reforma da Previdência no Brasil. No entanto, a medida não foi votada e segue em debate. Entre os presidentiáveis que lideram as pesquisas eleitorais, apenas Fernando Haddad se diz contra a reforma. Segundo ele, o déficit da Previdência pode ser superado a partir do combate à sonegação de impostos e da retomada do crescimento da economia.

Ciro Gomes, Marina Silva e Jair Bolsonaro defendem um novo modelo de aposentadoria, no regime de capitalização. Já Geraldo Alckmin, afirma que fará a reforma da Previdência em seu primeiro ano de governo, definindo idade mínima e aumentando o tempo de contribuição.



**VEJA COMO VOTARAM OS DEPUTADOS MINEIROS NOS PROJETOS AO LADO:**

**Emenda Constitucional 95/16**  
Deputados aprovaram o congelamento dos investimentos nas áreas de saúde, educação, segurança pública, assistência social por 20 anos. Votação aconteceu em 26/10/16.

**Pré-sal - Lei 13.365/16**  
Com a aprovação desta lei entregaram as riquezas do Petróleo para empresas estrangeiras. Tiraram os royalties que seriam investidos em saúde e educação.

**Terceira**  
Precariza  
redução  
no m  
“empres

Adelmo Carneiro Leão/ PT	Contra o projeto	Contra o projeto	
Ademir Camilo/PODE	A favor do projeto	A favor do projeto	
Aelton Freitas/PR	A favor do projeto	A favor do projeto	
Bilac Pinto/PR	A favor do projeto	A favor do projeto	
Bonifácio Andrada/PSDB	A favor do projeto	Ausente	
Brunny/PR	A favor do projeto	A favor do projeto	
Caio Nácio/PSDB	A favor do projeto	A favor do projeto	
Carlos Melles/DEM	A favor do projeto	Ausente	
Dâmina Pereira/PSL	A favor do projeto	A favor do projeto	
Delegado Edson Moreira/PR	A favor do projeto	A favor do projeto	
Diego Andrade/PSD	A favor do projeto	A favor do projeto	
Dimas Fabiano/PP	A favor do projeto	Abstenção	
Domingos Sávio/PSDB	A favor do projeto	A favor do projeto	
Eduardo Barbosa/PSDB	A favor do projeto	A favor do projeto	
Eros Biondini/PROS	A favor do projeto	A favor do projeto	
Fábio Ramalho/PMDB	A favor do projeto	A favor do projeto	
Franklin Lima/PP	A favor do projeto	A favor do projeto	
Gabriel Guimarães/PT	Abstenção	Contra o projeto	
George Hilton/PSB	Contra o projeto	Ausente	
Jaime Martins/PSD	A favor do projeto	A favor do projeto	
Jô Moraes/PC do B	Contra o projeto	Contra o projeto	
Júlio Delgado/PSB	Contra o projeto	Contra o projeto	
Laudívio Carvalho/SD	A favor do projeto	A favor do projeto	
Leonardo Monteiro/PT	Contra o projeto	Contra o projeto	
Leonardo Quintão/PMDB	A favor do projeto	Ausente	
Lincoln Portela/PRB	Ausente	Ausente	
Luís Tibé/AVANTE	A favor do projeto	A favor do projeto	
Luiz Fernando Faria/PP	A favor do projeto	A favor do projeto	
Luzia Ferreira/PPS	Fora de Exercício	Fora de Exercício	
Marcelo Álvaro Antônio/PR	A favor do projeto	A favor do projeto	
Marcelo Aro/PHS	A favor do projeto	A favor do projeto	
Marcos Montes/PSD	A favor do projeto	A favor do projeto	
Marcus Pestana/PSDB	A favor do projeto	A favor do projeto	
Margarida Salomão/PT	Contra o projeto	Ausente	
Mário Heringer/PDT	A favor do projeto	Ausente	
Mauro Lopes/PMDB	A favor do projeto	A favor do projeto	
Miguel Corrêa/PT	Fora de Exercício	Fora de Exercício	
Misael Varella/DEM	A favor do projeto	A favor do projeto	
Newton Cardoso Jr/PMDB	A favor do projeto	Ausente	
Odelmo Leão/PP	A favor do projeto	Ausente	
Padre João/PT	Contra o projeto	Contra o projeto	
Patrus Ananias/PT	Contra o projeto	Contra o projeto	
Paulo Abi-Ackel/PSDB	A favor do projeto	A favor do projeto	
Raquel Muniz/PSD	A favor do projeto	A favor do projeto	
Reginaldo Lopes/PT	Contra o projeto	Contra o projeto	
Renato Andrade/PP	Fora de Exercício	Fora de Exercício	
Renzo Braz/PP	Ausente	Ausente	
Rodrigo de Castro/PSDB	A favor do projeto	A favor do projeto	
Rodrigo Pacheco/PMDB	A favor do projeto	A favor do projeto	
Saraiva Felipe/PMDB	A favor do projeto	A favor do projeto	
Stefano Aguiar/PSD	A favor do projeto	A favor do projeto	
Subtenente Gonzaga/PDT	Contra o projeto	Contra o projeto	
Tenente Lúcio/PSB	A favor do projeto	A favor do projeto	
Toninho Pinheiro/PP	A favor do projeto	A favor do projeto	
Weliton Prado/PROS	Contra o projeto	Contra o projeto	
Zé Silva/SD	A favor do projeto	A favor do projeto	



**Lei 13.429/17**  
**Regulamentação irrestrita**  
 Regulamentação das relações trabalhistas, de salários e alta rotatividade no mercado, com criação dos “empregos temporários” e perda do poder de compra.

**Reforma Trabalhista Lei 13.467/17**  
 O negociado prevalece sobre o legislado. Passa a valer apenas o acordo; sindicatos fragilizados; aumento da jornada de trabalho; contratação por hora trabalhada, com interrupção.

**Lei 13.586/17**  
 Isenta em mais de R\$1 trilhão as empresas estrangeiras que explorarem petróleo e gás no Brasil até 2040. Era dinheiro que iria para educação, saúde e outras políticas públicas.

Contra o projeto	Contra o projeto	Contra o projeto
Contra o projeto	Contra o projeto	A favor do projeto
Ausente	A favor do projeto	A favor do projeto
A favor do projeto	A favor do projeto	A favor do projeto
Ausente	Ausente	Ausente
Ausente	A favor do projeto	Ausente
A favor do projeto	A favor do projeto	A favor do projeto
A favor do projeto	A favor do projeto	A favor do projeto
Contra o projeto	Contra o projeto	Ausente
A favor do projeto	A favor do projeto	A favor do projeto
A favor do projeto	Ausente	Marcou presença e não votou
A favor do projeto	Contra o projeto	Contra o projeto
A favor do projeto	A favor do projeto	A favor do projeto
A favor do projeto	A favor do projeto	Contra o projeto
Contra o projeto	Contra o projeto	Ausente
A favor do projeto	A favor do projeto	Marcou presença e não votou
A favor do projeto	A favor do projeto	A favor do projeto
Ausente	Ausente	Contra o projeto
Contra o projeto	Ausente	Ausente
Ausente	A favor do projeto	Contra o projeto
Contra o projeto	Contra o projeto	Contra o projeto
Contra o projeto	Contra o projeto	Contra o projeto
Ausente	Contra o projeto	Ausente
Contra o projeto	Contra o projeto	Contra o projeto
A favor do projeto	A favor do projeto	A favor do projeto
Contra o projeto	Contra o projeto	Contra o projeto
A favor do projeto	A favor do projeto	Ausente
A favor do projeto	A favor do projeto	A favor do projeto
Fora de Exercício	A favor do projeto	Fora de Exercício
A favor do projeto	Contra o projeto	Contra o projeto
Ausente	A favor do projeto	A favor do projeto
A favor do projeto	A favor do projeto	Marcou presença e não votou
A favor do projeto	A favor do projeto	A favor do projeto
Contra o projeto	Contra o projeto	Contra o projeto
Contra o projeto	Ausente	Contra o projeto
A favor do projeto	A favor do projeto	Ausente
Fora de Exercício	Fora de Exercício	Fora de Exercício
Abstenção	A favor do projeto	Marcou presença e não votou
Ausente	A favor do projeto	A favor do projeto
Fora de Exercício	Fora de Exercício	Fora de Exercício
Contra o projeto	Contra o projeto	Contra o projeto
Contra o projeto	Contra o projeto	Contra o projeto
A favor do projeto	A favor do projeto	Ausente
A favor do projeto	A favor do projeto	A favor do projeto
Contra o projeto	Contra o projeto	Contra o projeto
A favor do projeto	Contra o projeto	Marcou presença e não votou
A favor do projeto	A favor do projeto	A favor do projeto
A favor do projeto	A favor do projeto	A favor do projeto
A favor do projeto	A favor do projeto	A favor do projeto
A favor do projeto	A favor do projeto	Ausente
A favor do projeto	A favor do projeto	A favor do projeto
Contra o projeto	Contra o projeto	Ausente
Contra o projeto	Contra o projeto	Contra o projeto
A favor do projeto	A favor do projeto	Contra o projeto
A favor do projeto	A favor do projeto	A favor do projeto
Contra o projeto	Contra o projeto	Contra o projeto
Contra o projeto	Contra o projeto	Contra o projeto
A favor do projeto	A favor do projeto	A favor do projeto
A favor do projeto	A favor do projeto	A favor do projeto
Contra o projeto	Contra o projeto	Contra o projeto
Contra o projeto	Contra o projeto	Contra o projeto
A favor do projeto	A favor do projeto	A favor do projeto
A favor do projeto	A favor do projeto	A favor do projeto
Contra o projeto	Contra o projeto	Contra o projeto
Contra o projeto	Contra o projeto	A favor do projeto



#elenão

# MULTIDÃO SAI EM PROTESTO CONTRA MACHISMO, RACISMO E FASCISMO EM BH



Milhares de pessoas saíram às ruas do centro de Belo Horizonte no último sábado (29/09) para participar de um ato organizado pelas mulheres contra o machismo, o racismo e o fascismo, representados pelo candidato à Presidência da República, Jair Bolsonaro (PSL). Convocada sob a hashtag #EleNãO, a manifestação também ocorreu em mais de 200 cidades do Brasil e também do exterior, como nos Estados Unidos, Canadá, Argentina, Chile, Espanha, França, Portugal, Alemanha, Itália, França e Suíça.

Em Belo Horizonte, o ato começou no início da tarde com uma grande concentração na Praça 7. Por volta de 14h, os manifestantes seguiram em passeata até a Praça da Estação, onde foram realizados shows e diversas apresentações musicais. Ao longo da passeata, a população gritava "Ele Não" e entoava paródias em repúdio ao candidato. A categoria petroleira de Minas acompanhou o protesto.

## Veja alguns depoimentos sobre a manifestação:

*"Foi muito importante ter participado do ato e presenciar a diversidade de pessoas que refletiam a rejeição às ideias do Jair Bolsonaro. Mulheres e homens, adolescentes, jovens, pessoas na melhor idade que demonstravam não ter preconceitos e que almejam um Brasil melhor - economicamente e moralmente".*

**MÁRCIA NAZARÉ LIMA - PETROLEIRA DA REGAP E DIRETORA DO SINDIPETRO/MG**

*"O movimento #elenão é multipartidário. É mais que uma luta contra o candidato Jair Bolsonaro e sim contra aquilo que ele representa: ameaça a democracia e aos direitos humanos. É uma luta feminista e humanitária contra o racismo, a misoginia, a homofobia e xenofobia. É um movimento contra o ódio que ele incita e a favor de mais amor e empatia pelo próximo e pelas minorias."*

**CAROLINA GAZZINELLI - ADVOGADA E ESTUDANTE DE ENFERMAGEM**

*"Foi incrível e trágico, tudo ao mesmo tempo! Todas aquelas pessoas, não apenas mulheres, lutando juntas pela sociedade que queremos. Uma sociedade em que exista empatia, em que as pessoas consigam não julgar o outro pelos próprios valores, que consigam separar o interesse próprio do interesse coletivo. Foi lindo e emocionante cantar uma música da nossa infância que diz: "Vamos com você, nós somos invencíveis pode crer. Todos somos um e juntos não existe mal nenhum!". Se a gente fechasse os olhos dava até para sentir esse refrão tomando forma. Mas a realidade, a todo momento, sinalizava que não teremos um futuro fácil pela frente. Como por exemplo quando uma moça simpática distribuía um panfleto dizendo quem são os políticos a favor da reforma trabalhista e na capa do panfleto havia uma bandeira do Brasil. Ela, sem jeito, explicava que era informativo, que a gente não precisava se preocupar com a presença da bandeira. Quando foi que a bandeira do nosso País se tornou símbolo de segregação e discórdia e uma parte da população perdeu o direito de usá-la? Havia também os sinais dos tempos difíceis em todas as mensagens que recebemos, alertando para o perigo de estar sozinha em uma manifestação pacífica e para, em hipótese nenhuma, andar pela cidade com símbolos da manifestação. Certamente, independente do resultado das eleições, nosso futuro não será fácil. Não se trata apenas de um político fascista, são pessoas que compartilham com as idéias e se satisfazem com o efeito aterrorizante e repulsivo que elas trazem aos outros. Enfim, foi incrível, mas nos preparemos para o trágico."*

**VANESSA CARLOS - PETROLEIRA DA REGAP**